

DEBATE ELEITORAL NA TV: o modelo *Estallido* do Chile e um formato para o Brasil

Amaury Silva¹

RESUMO

O trabalho busca um enfoque central na relevância da comunicação eleitoral para o reconhecimento e fortalecimento dos direitos humanos políticos. Como ponto de destaque em torno da democracia representativa, identifica no processo eleitoral, o momento no qual culmina toda a exigência de respeito à liberdade de expressão e o direito à informação. Toma o modelo do debate eleitoral na TV das eleições presidenciais do Chile em 2021, como debate eleitoral *estallido* para considerar que a dinâmica do programa, com o formato de não restringir fluxos na circulação, por intermédio da permissividade de apartes, configura uma proposição que atende aos anseios de um progresso na produção e exibição dos debates eleitorais, inclusive na TV brasileira.

ABSTRACT

The work seeks a central focus on the relevance of electoral communication for the recognition and strengthening of political human rights. As a highlight on representative democracy, it identifies in the electoral process the moment at which every demand for respect for freedom of expression and the right to information culminates. It takes the model of the electoral debate on TV of the presidential elections in Chile in 2021, as an established electoral debate, to consider that the dynamics of the program, with the format of not restricting circulation flows, through the permissiveness of asides, configures a proposition that serves to the desire for progress in the production and exhibition of electoral debates, including on Brazilian TV.

PALAVRAS-CHAVE: Debates. Eleições. TV. Formato. *Estallido*.

KEYWORDS: Debates. Elections. TV. Format. Click

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 DESENVOLVIMENTO. 2.1 ESTALLIDO E DISPUTA ELEITORAL. 2.2 O DEBATE ELEITORAL ESTALLIDO. 2.3 FLUXOCÍDIO. MORQUETELA E ALGUMAS MOLDURAS DO DEBATE ESTALLIDO. 2.4 ESTALLIDO À BRASILEIRA. 3 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

O parâmetro da liberdade é a diretriz que estabelece a justificativa para a construção e o reconhecimento do grande conjunto da primeira geração de direitos humanos. Há uma associação entre os direitos civis e os direitos políticos, destacando-se que finalística dos direitos políticos se apresenta nesse panorama,

¹ Juiz de Direito em Governador Valadares/MG. Mestre em Estudos Territoriais ênfase em Direitos Humanos pela Univale/MG. Doutor em Comunicação interface com Direito pela Unisinos/RS.

como a possibilidade e a oportunidade do cidadão se movimentar em torno da participação nos temas políticos, na reflexão e ação nas quais se baseia a articulação estrutural do Estado, como ensina Miranda (1967). O modo e os meios para essa proposição significam o exercício aberto da capacidade eleitoral ativa e passiva, englobando a democracia representativa; como a filiação e a desfiliação a determinada agremiação partidária e atuação na democracia participativa, por intermédio do plebiscito, referendo, iniciativa de proposta popular e ação popular, conforme sintetiza Ramos (2014).

Ao assegurar essa autonomia e consolidação dos direitos políticos como agrupamento dos direitos relacionados à liberdade humana, a Convenção Americana (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos – 1969) pretende uma integração daquele bloco de direitos com o acervo de direitos e liberdades acentuando sua densidade e funcionalidade como esclarece Back (2016), para quem o bom exercício dos direitos políticos consagrados no art. 23, Convenção Interamericana (1969) está vinculado à plenitude dos direitos e liberdades associados, como a liberdade e expressão, garantias e direito à reunião, liberdade de associação e garantias judiciais.

Todo esse conjunto de direitos, envolvendo o plano da democracia representativa e o exercício direto se inserem na perspectiva da manifestação livre, no caso da representatividade pelas eleições gerais, periódicas, com voto direto, secreto e universal como enfatiza Ferreira (1992), no Brasil pela disciplina do art. 14, Constituição Federal. E nesse aspecto, o método para o desempenho das ações que visam ao objetivo da cidadania democrática na representatividade é o eleitoral, isto é, a realização das eleições.

Não há como se inserir a liberdade de expressão e informação nas eleições, se não se considerar a função destacada da comunicação eleitoral, cuja liturgia procedimental é fundada nas regras da propaganda eleitoral e todo o seu sistema que visa a assegurar o preceito da paridade e afastamento dos abusos, nos termos expostos pela legislação brasileira (art. 36 e seguintes, Lei 9.504/97). E o meio TV desde a primeira transmissão de um debate eleitoral nas eleições presidenciais norte-americanas em 1960, entre John Kennedy e Richard Nixon, consoante observado por Dalenogare Neto (2012) assume uma posição de protagonismo nas campanhas eleitorais. Esse destaque para os debates eleitorais na TV não arrefeceu, mesmo com a mudança de paradigmas ante ao estágio atual da técnica e

a sociedade midiaticizada, com a participação interativa do espectador e usuário das redes sociais. Como já tivemos oportunidade de frisar Silva (2021), os debates eleitorais da TV, se tornam televisivos e são atualizados nas redes sociais com incessantes apropriações e ofertas de sentidos capitaneadas pelos usuários.

Como um programa de TV, o debate eleitoral segue de maneira preponderante as lógicas dos mundos televisivos, observando-se a sua condição de atração exibida ao vivo, devendo-se ainda sublinhar que em alguns países o debate eleitoral é obrigatório, sendo produzido e apresentado por um grupo de emissoras de TV, enquanto no Brasil o art. 46, Lei 9.504/97 estabelece sua facultatividade. Essa norma estipula que os debates em rádio e TV não integram o conjunto de propaganda eleitoral gratuita em horários específicos naqueles meios, funcionando como uma alternativa posta à disponibilidade das emissoras para a sua realização em consenso com partidos e candidatos. Não obstante a flexibilidade, existem diretrizes imperiosas para a produção, como o número mínimo de participantes, inserção na programação regular e em ocasião limite no calendário da propaganda eleitoral geral.

Em decorrência da vastidão e riqueza das identidades das emissoras, referências técnicas e estéticas, bem como os padrões normativos, não há um modelo padronizado para a construção do programa debate eleitoral na TV. A participação de espectadores, jornalistas, convidados ou a forma de exposição das questões, tempos para suas formulações e respostas, quer seja diretamente entre os candidatos ou por terceiros, o cenário, os ângulos de captura pelas câmeras, enfim, todos os elementos que integram a formação do conteúdo audiovisual é exteriorizado por uma abertura que não é adesiva a uma fixação hermética.

O trabalho em desenvolvimento se propõe assim à abordagem analítica de alguns aspectos do último debate eleitoral na TV, nas eleições do Chile em 2021, transmitido em 13/12/2021 pela Associação Nacional de Televisão (Anatel) chilena, entre os candidatos Gabriel Boric e José Antonio Kast, antes do segundo turno daquela disputa. Denominamos esse debate de *estallido*, conforme razões apontadas a partir do item 2 (Desenvolvimento) e organizamos do seguinte modo os objetivos para o presente estudo: a) compreender parâmetros conceituais sobre a relevância da propaganda eleitoral na forma de debate eleitoral na TV para garantia e fortalecimento dos direitos políticos, como espécie dos direitos humanos; b) descrever as principais características, elementos e configurações do debate

eleitoral na TV, nas eleições presidenciais do Chile em 2021, por ocasião do segundo turno da disputa, realizado e exibido em 13/12/2021; c) tensionar os achados da alínea *b* com a perspectiva teórico e conceitual das referências contidas na alínea *a*; d) investigar quanto à pertinência de aplicação do formato do debate eleitoral na TV, descrito na alínea *b* nas eleições brasileiras, especialmente a partir do debate de segundo turno ocorrido nas eleições presidenciais de 2022 e exibido pela TV Globo.

Visando sustentar a consecução das propostas acima, nos baseamos no método dedutivo e histórico. Na primeira premissa, desenvolveremos um apanhado sobre as informações gerais relativas aos direitos políticos, democracia, eleições e a comunicação eleitoral, mais precisamente na modalidade de debate eleitoral na TV. Organizado esse ponto de partida serão considerados sob a referência do método histórico, o desenvolvimento e a vinculação entre aquelas categorias convergentes (eleições, comunicação e direitos políticos), sem a preocupação de se esmiuçar uma cronologia ou verificação unitária de cada um dos eventos que compõem o corpo desse conjunto (história dos debates). Assim, abriremos um ferramental de combinação dos arranjos metodológicos, conforme defendido por Gil (1994) para se tratar a experimentação sobre o objeto de pesquisa. Como aporte metodológico complementar, empregaremos a dissecação e metodologia das molduras, para as abordagens diretas ao material audiovisual, sobretudo as imagens constantes nos vídeos relativos aos programas conhecidos como debates eleitorais relacionados ao limite do objeto em estudo, conforme referenciado em essência por Kilpp (2013).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 *ESTALLIDO* E DISPUTA ELEITORAL

No ano de 2019 o Chile foi palco de um movimento de protestos sociais e tomadas de posição pela população que se intensificaram desde as reclamações quanto ao preço das passagens do transporte público e a violência policial, alcançando uma irresoluta postura de inconformismo e insatisfação com o sistema governamental e político. Não é o escopo do presente trabalho uma análise mais aprofundada do movimento e suas consequências, senão nos limites de proximidade

histórica e funcional com o debate eleitoral do dia 13/12/2021 nas eleições presidenciais chilenas.

Salazar e Garcés (2019 *apud* Dulci e Sadívia 2021) contextualizam o fenômeno *estallido* social e apresentam uma definição a partir de alguns pressupostos, tendo como marcadores o âmbito social e político, logo cravado na perspectiva dos direitos humanos políticos. No cenário eleitoral de 2021 o acirramento na disputa eleitoral se materializou pela expressividade da distância mínima entre as intenções de votos para o segundo turno, distribuídas entre os candidatos Gabriel Boric e José Antonio Kast. Bem próximo das votações as pesquisas eleitorais, conforme Bassi (2021) despontava essa tendência para o pleito de 19/12/2021, cujo resultado mostrou a vitória de Boric.

O voto no Chile é facultativo, as eleições são organizadas pelo *Servicio Electoral del Chile* (SERVEL), que atua de forma independente e autônoma, cuja gestão fica a cargo de um Conselho, indicados os conselheiros pelo Presidente da República e entram em exercício se aprovados por 2/3 do Senado chileno.

2.2 O DEBATE ELEITORAL *ESTALLIDO*

Realizada uma verificação quanto ao conteúdo audiovisual do debate eleitoral exibido pela TV no Chile por ocasião do segundo turno das eleições presidenciais chilenas em 2021, é possível que sejam estabelecidas proposições que configurem o programa em uma clara distinção com o modelo dos debates brasileiros e mesmo de outros países da América Latina como a Argentina, Uruguai e Colômbia.

O debate eleitoral foi produzido pela TV Nacional do Chile e ofertado pela Anatel para todas as emissoras de rádio e TV e ainda disponibilizado em plataformas digitais como o canal da emissora no YouTube. O programa foi dividido em 3 (três) blocos sequenciais. Na primeira etapa, um grupo de quatro jornalistas apresenta questões em forma de comentários explicativos e perguntas relacionadas a temas previamente escolhidos. Cada um dos candidatos possui 03 minutos para resposta.

O grande diferencial nesse ponto é uma participação mais ativa dos jornalistas que exercem uma espécie de escrutínio quanto às intervenções dos concorrentes. A partir das respostas e posicionamentos iniciais, os jornalistas

confrontam e tensionam esses enunciados com novos dados ou reperguntas. Em paralelo os candidatos também fazem algumas intervenções nas manifestações do concorrente e a métrica do tempo, continua em fluxo fixo dos 3 minutos, assegurados para cada um deles.

Ora, essa disposição tem um efeito de oferecer um verdadeiro manancial de entrechoques de observação para o espectador usuário da TV aberta ou em outras telas, que é capacitado como eleitor para extrair o comportamento e o desempenho do candidato de sua simpatia, ou aquele que é *a priori* rejeitado, com uma fórmula mais genuína, ante um simulacro da tensão provocada pela dialética e mesmo a força valorativa oposta e divergente entre vários temas que serão tratados na governança como habitação, previdência social, impostos, saúde e tráfico de drogas. O candidato interlocutor do jornalista, sabe que poderá receber naquele momento de suas assertivas, uma réplica ou contestação do jornalista, e ainda uma interferência de seu opositor.

As vantagens diretas é uma fluidez que incentiva o enfrentamento dialógico, permeado até mesmo pelo predomínio do raciocínio e força do argumento, eis que não existe uma aproximação física entre os candidatos, mas a ebulição é provocada pelos mediadores, que se dividem na tarefa, de acordo com os temas selecionados. Os movimentos dessa primeira etapa podem ser considerados desse modo como uma fulgurante explosão, irrequieta articulação e uma dinâmica que favorece à explicitação, o que nos parece muito apropriado com um ressignificar do *estallido*. Por isso, denominamos o debate eleitoral do Chile em 2021 (segundo turno) como um debate eleitoral *estallido*, pois é favorável ao rompimento de algumas amarras audiovisuais para mostrar de modo mais visível, a olho nu, as credenciais e seus candidatos.

O que nos parece mais relevante é que se não é possível evitar em razão do formato alguns não-fluxos na circulação das mensagens e uma imposição da esfera midiática na enunciação da esfera política, conforme preocupação de Neto e Verón (2003), por ocasião do debate eleitoral em 2002 entre os candidatos Lula e Serra, uma alternativa que estabilize o antagonismo de um programa televisivo é justamente a permissão para o *estallido* como fala de todos. Com as enunciações dos especialistas (mediadores / jornalistas) em questões a determinados candidatos, o adversário não fica a contemplar, mas se insere naquele percurso comunicacional.

No bloco seguinte o debate eleitoral traz as perguntas cruzadas entre os candidatos debatedores, acudindo a uma lógica televisiva própria do enfrentamento que a postura guerreira, cara a cara para o desafio de se posicionar como o melhor e merecedor do sufrágio do eleitor. Nessas condições, não há uma novidade tangente ao debate chileno *estallido* que confirma uma prática já instaurada. Essa mesma concepção é compatível com o bloco final, configurado pelas mensagens de peroração dos candidatos, quando anunciam seus esforços derradeiros na comunicação com a audiência.

2.3 FLUXOCÍDIO. MORQUETELA E ALGUMAS MOLDURAS DO DEBATE *ESTALLIDO*

No contato com o material empírico desse estudo, ou seja, o debate eleitoral das eleições presidenciais chilenas no segundo turno em 2021, o conteúdo foi extraído do canal YouTube da TV Nacional do Chile. Empregamos em relação à verificação sobre esse objeto, o método das molduras, conforme estudo e organização de Kilpp (2013). Para a mencionada professora, os mundos televisivos funcionam a partir da logicidade dos eixos das molduras, ethicidades e imaginários. Nos interessa mais precisamente pelo limite da averiguação em curso, definir as molduras televisivas como territórios de significação.

O incremento da metodologia das molduras exige dessa maneira, a estagnação do fluxo do vídeo em uma dissecação, com oitavas várias vezes com e sem som, permitindo-se uma observação precisa do material. A partir da ideia de dissecação, para permitir de modo pessoal uma introspecção ao procedimento, passei a denominá-lo de fluxocídio. Como ensina Kilpp (2013) o fluxo é morto e as imagens que compõem o conteúdo na montagem serão mobilizadas na observação por quem realiza a dissecação. Assim, compreendi na esteira dessa nomenclatura que também fosse apropriado designar o espaço na tela do computador para receber o conjunto de imagens resultantes da captura por ferramentas digitais como morguetela.

Trouxemos dessa experimentação com o conteúdo do debate eleitoral em apreço, os seguintes registros mais relevantes. As imagens em Figuras 1 e 2 contemplam duas molduras que se apresentam legitimadoras da realização do debate. A emissora que na realidade se aglutina na Associação Nacional de TV

Chilena e os candidatos. Todos se apresentam com o sentido de serem detentores de uma assertividade justificante da posição de falarem em nome da democracia, quando fazem a apresentação à audiência.

Figura 1- Debate com logomarca própria



Fonte: YouTube

Figura 2 - Os candidatos



Na sequência das imagens mostradas pelas Figuras 3 e 4 é permitido com a estabilização dos *frames* no fluxo encontrar-se a nitidez da potência do sistema *estallido*. Um dos pontos polêmicos da campanha chilena foi a imputação ao candidato Gabriel Boric de ser usuário de drogas. Assim, quando o tema narcotráfico foi colocado em pauta, as insinuações foram combatidas por Boric frente a Kast com a apresentação de um resultado de exames que atestaria uma negatividade, inclusive com sugestão de que o exame por inteiro poderia ser consultado no site da campanha. Note-se que o dinamismo da proposição de marcação paralela do tempo de fala dos candidatos (3 minutos) para cada, que são computados sem um engessamento, já que o adversário e o jornalista podem se manifestar durante aquele interregno. Inaugura-se um paralelismo que acrescenta à interação uma exigência de confirmação das enunciações.

Os apartes que são o principal enfoque do modelo *estallido* não deterioram ou comprometem o tempo de fala dos candidatos, pois mesmo quando há interrupção pela participação do opositor ou mediador, o cronômetro é congelado e só retorna ao cômputo quando liberada a voz ao candidato, como ocorre na hipótese do mediador atravessar uma fala inicial do candidato Boric.

Figura 3 - Exame de Boric



Fonte: YouTube

Figura 4 - Jornalista interrompe Boric



Não se trata de fornecer o sistema *estallido* uma licenciosidade de algaravia. A própria perspectiva de comunicação pelo meio TV e audiovisual em outras telas, inclusive redes sociais não tem como aceitar esse formato. Se existem apropriações de todos os modos e sentidos com a circulação dos conteúdos em redes sociais, a autorização para assim proceder-se é concedida pelos próprios usuários, somados as interfaces das redes.

Figura 5 - Tempo igual aos candidatos



Fonte: YouTube

Figura 6 - Apartes e tempo assimétrico



As Figuras 5 e 6 arregimentam o apontamento que coloca a investidura dos mediadores como uma autoridade que controla e assegura a oferta de espaço midiático em condições igualitárias. Ao resumo do controle do tempo, a equiparação é registrada no encerramento de uma parcela da discussão em determinado tema, o que não restou comprometido pelos apartes e posicionamentos dos mediadores ao longo daquele fluxo, mesmo com a simetria ocasional dos tempos dos dois candidatos.

O apanhado dos materiais, mesmo podendo ser considerado como conciso, pois o debate eleitoral teve praticamente duas horas de duração, é sintomático de que o engenho do *estallido* pode ser o responsável por um salto qualitativo nessa importante modalidade de propaganda eleitoral. Considerado como muitos, o ponto alto das campanhas eleitorais, o debate eleitoral na TV, dada à proeminência do meio em termos de horário nobre e audiência, bem assim, com o espalhamento e atualização em redes sociais, é uma categoria em permanente transformação, eis que se subordina ao regime tecnocultural.

Por isso, exige-se que fiquemos atentos à sua mutação, com as modificações que são articuladas sob o prisma da comunicação, como a hipótese da inserção dos apartes contínuos e fluídos do modelo *estallido*. É evidente que o estágio da técnica deve ser referência determinante para essa processualidade, sem rupturas ou perdas das substâncias consolidadas, à luz de uma propaganda eleitoral que não forneça espaços que se tornem naturais para o desequilíbrio nas relações de disputa eleitoral que no âmbito da propaganda se revestem da necessidade de tutela porque são expressões originárias dos direitos humanos políticos.

2.4 ESTALLIDO À BRASILEIRA

Quando posto o modelo *estallido* em cotejo com a perspectiva histórica e política do Brasil na última década, marcada pelo acirramento político e ideológico; deposição presidencial; discussões que suscitam o fenômeno do *law fare*, definido na perspectiva de utilização abusiva do sistema penal na política, nos termos de Santoro e Tavares (2017) e uma especulação com a perspectiva de uma polarização em termos dos espectros direita e esquerda e em torno de figuras políticas populistas (Bolsonaro e Lula), um debate eleitoral sob aquele viés pode se apresentar muito mais profícuo do que os anteriores.

Há de se considerar nesse ponto, que o modelo *estallido* parece muito mais aderente ao debate de segundo turno, quando os apartes e explosões de enunciações produzem um efeito muito mais expansivo, em virtude da dualidade de candidatos. O segundo turno das eleições brasileiras em 2022, realizado em 28/10/2022, parece ter confirmado essa conjectura e mais uma vez a estrutura de organização normativa, ante a complexidade para o equilíbrio entre os lastros jurídico e midiático, foi, totalmente, engolida pela dimensão da discussão, disposição

dos candidatos, acirramento das posições e as estratégias de propaganda negativa (ofensas recíprocas).

Os candidatos à Presidência da República, Bolsonaro e Lula protagonizaram diversos momentos de sucessivas intervenções para a solicitação e utilização do direito de resposta, acarretando uma espécie de sujeira visual e ruído sonoro, comprometendo a fluência racional da diversidade de temas, que é exigida pela comunicação política, quase banalizando o enfrentamento, ou tornando-o no mínimo menos qualificado para servir de esclarecimento à escolha do telespectador eleitor.

Figura 7 - Bolsonaro e Lula - 2º Turno



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/11072291/?s=0s>

Uma circulação embaraçada quando os fluxos não forem contidos, pode ser o desenvolvimento de uma justaposição entre a enunciação midiática e política. Certamente, a formalidade para a sua adesão depende única e exclusivamente dos acertos entre emissoras, agremiações partidárias e candidatos. Foi possível identificar uma evolução significativa no modelo adotado pela TV Globo no segundo turno da disputa eleitoral brasileira de 2022. Permitiu-se o deslocamento dos candidatos em toda a extensão do palco, não permanecendo submetidos ao território identificado como púlpito. Cabia a cada um com sua estratégia, suas características e seus objetivos utilizar de maneira mais adequada o tempo e o ambiente, sujeitando-se por óbvio aos efeitos das escolhas ou equívocos. Essa inflexão, no entanto, é destinada a um aprimoramento da comunicação eleitoral em momento determinante para a democracia representativa e os ganhos podem ser extraordinariamente considerados.

3 CONCLUSÃO

Selecionamos como elemento de análise central nesse artigo, o debate eleitoral de segundo turno nas eleições presidenciais de 2021 no Chile, exibido na TV Nacional do Chile e em redes sociais. Secundariamente, algumas materialidades dos debates eleitorais exibidos pela TV Globo, no segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, em 2022. Como anteposição à execução dos esforços para se atingir aos objetivos traçados, desenvolvemos um apontamento que posiciona os direitos humanos políticos como um vetor indispensável à democracia.

Quanto a esse aspecto, acrescentamos uma reflexão de que a comunicação eleitoral em todos os seus parâmetros e com destaque para o debate eleitoral na TV e suas atualizações devem ser focos para o implemento da efetivação daqueles direitos. Ao revés, o desequilíbrio, abusos ou excessos com perda de paridade e isonomia no tratamento de candidatos e partidos, leva à distorção e comprometimento da normalidade democrática.

Com o olhar e o pensamento direcionados ao recente momento histórico do Chile, a partir do evento que restou conhecido como *estallido* social em 2019, com a consecução de mobilização por uma Assembleia Nacional Constituinte em 2020 e o processo eleitoral presidencial de 2021, o programa do debate eleitoral em estudo adotou um perfil com essas características. Utilizando-se o procedimento metodológico das molduras, com o implemento do fluxocídio, alguns achados originários das imagens dos debates e de toda a sua configuração, autorizam concluir que o debate eleitoral chileno, realizado em 13/12/2021 é um debate eleitoral *estallido*.

A característica motor do debate eleitoral *estallido* é uma abertura de maior incisão para os apartes entre os candidatos no bloco de maior envergadura do debate, quando são discutidos os temas selecionados. O controle do tempo é isonômico, mas são permitidas intervenções e enunciações dos mediadores e dos candidatos durante a fala daquele a quem se consigna o tempo inicialmente. Essa estrutura é promissora para não acarretar interrupções de fluxos, por trazer mais dinamismo nas enunciações, o que contribui para uma transparência e visibilidade mais acurada para o eleitor que assiste.

Se comparado ao modelo do debate eleitoral da TV Globo, no segundo turno em 2022 nas eleições para a Presidência da República, os episódios e registros de

excessiva utilização de direito de resposta, resultando no engessamento e paralisação da dinâmica midiática, a experiência chilena pode trazer subsídios para o aperfeiçoamento do programa na televisão brasileira.

A expectativa de aceitação do modelo *estallido* é que possa produzir ganhos quanto a outros formatos mais estagnados e autômatos, com novas experimentações, como a inauguração de um fluxo ao vivo com as redes sociais. Assegurar que os direitos humanos políticos sejam respeitados exige-se de modo imprescindível que a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de informação sejam ritmos seguidos na propaganda eleitoral. O debate eleitoral na TV, se muitas vezes não conseguiu chegar à sua finalística de contribuição decisiva para a informação qualificada, nenhuma desonra por isso deve ser atribuída aos valores democráticos. Deve ser uma tarefa contínua angariar formatos que assegurem o encontro convergente do procedimento com o conteúdo na comunicação eleitoral e o debate *estallido* deu um passo inovador e firme nessa direção. Que venham novos passos, capazes de consolidar os iniciados e progredir em caminhadas, sabendo-se que o ponto de chegada é a explosão que faça dos direitos políticos a afirmação sonora do seu estatuto humano.

REFERÊNCIAS

BACK, Charlott. Os direitos políticos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos após a Carta Democrática de 2001. **Revista Ballot**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 158-184, jan./abr. 2016. Publicação Eletrônica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BASSI, Fernanda. Chile: Gabriel Boric, da esquerda, lidera pesquisa para o 2º turno. **Poder360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/chile-gabriel-boric-da-esquerda-lidera-pesquisa-para-o-2o-turno/>). Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm – Acesso em 27 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 dez. 2021.

DALENOGARE NETO, W. A construção do primeiro debate presidencial dos Estados Unidos. **Revista Oficina do Historiador**, EDIPUCRS, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul./dez., p. 145-159, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/12410>. Acesso em: 22 dez. 2021.

DULCI, Tereza Maria Spyer e SADÍVIA, Vania Alvarado. El *Estallido Social* en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo? **Revista Katálisis**, 24. jan./apr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xfp9XCkzSSDrWgtp7M5JyTF/?lang=es>. Acesso em: 27 dez. 2021.

FAUSTO NETO, Antonio; VERÓN Eliseo. **Lula Presidente**: televisão e política na campanha eleitoral (O corpo entre capturas e fugas enunciativas). São Paulo: Hacker, 2003.

FERREIRA, Maurício Pinto. **Comentários à Constituição Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1992. v. 3.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GLOBOPLAY.GLOBO. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11072291/?s=0s>. Acesso em: 21 abr. 2023.

KILPP, Suzana. Tele-Visão, Imagem-Duração e o Tempo Reality de TV na Internet. Publicado em Verso e Reverso, XXVII (66):187-195, set./dez. 2013© 2013 by Unisinos – doi: 10.4013/ver.2013.27.66.05. ISSN 1806-6925.

MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967 com emenda nº 1 de 1969**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

QUEIROZ, Vitória. Pesquisas indicam vitória de Lula no 1º turno, publicação em 22/06/2022, 13h29m. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/pesquisas-indicam-vitoria-de-lula-no-1-turno/> - Acesso em: 23 jun. 2022.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Amaury. Teleaudiovisualidades do debate eleitoral nas eleições para presidente de 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9778>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTORO, E. R. e TAVARES, N. L. F. O uso do sistema penal como lawfare político. In: BASSO, A. B. *et al.* (coord.). **Criminologias e política criminal**. Florianópolis: Conpedi, 2017.